

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Mesmo diante de um cenário de instabilidade política e econômica no Brasil em 2017, a EMGEPRON manteve seu compromisso com o incremento de sua atuação no gerenciamento de projetos e com a expansão de seus negócios.

Para isso, foram adotadas estratégias empresariais e implementadas ações corporativas pautadas na eficiência operacional, no rígido controle administrativo-financeiro e na inovação, com foco em resultados consistentes e na geração de lucro.

Nesse sentido, a Empresa foi reestruturada visando capacitá-la, celeremente, a atuar com eficácia frente aos desafios apresentados, de modo a cumprir com a sua missão e a satisfazer plenamente as demandas de seus clientes, com qualidade e presteza.

Com efeito, as medidas traçadas mostraram-se frutíferas, fazendo com que a EMGEPRON obtivesse, no último exercício, resultado econômico positivo, mesmo face a uma conjuntura desfavorável, contando, para isso, com a dedicação e empenho de seus empregados e colaboradores, e com a inestimável parceria com o Ministério da Defesa e com a Marinha do Brasil, a quem é vinculada.

Para o futuro, ressaltamos nosso compromisso na construção de uma EMGEPRON sólida, eficiente, rentável e ainda maior!

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

ATIVO	2017	2016	PASSIVO	2017	2016
Circulante:			Circulante:		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	88.744	88.120	Gerenciamento de recursos MB (Nota 13)	33.991	33.377
Contas a receber (Nota 5)	19.667	22.922	Obrigações trabalhistas (Nota 14)	11.982	10.127
Depósitos em garantia (Nota 6)	10.100	7.805	Adiantamentos de clientes (Nota 15)	8.521	5.281
Tributos a recuperar (Nota 7)	10.002	14.100	Obrigações tributárias (Nota 16)	7.444	8.824
Adiantamentos (Nota 8)	9.618	11.082	Fundo de assistência médica (Nota 17)	3.002	4.432
Estoques (Nota 9)	8.107	7.679	Garantias recebidas (Nota 18)	2.511	5.715
Outros direitos circulante	4	8	Fornecedores	584	1.067
	146.242	151.716	Dividendos (Nota 19)	181	1.983
Não circulante			Outras contas a pagar	402	433
Depósitos para recursos (Nota 10)	12.561	7.197	Participação a empregado	-	365
Imobilizados (Nota 11)	25.932	30.234		68.618	71.604
Intangível (Nota 12)	3.265	2.040	Não circulante		
	41.758	39.471	Provisão para Contingências (Nota 20)	4.637	5.419
				4.637	5.419
			Patrimônio líquido:		
			Capital social (Nota 21)	96.551	94.344
			Reservas de lucros	18.194	19.820
				114.745	114.164
Total do ativo	188.000	191.187	Total do passivo	188.000	191.187

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Receita operacional líquida		
Receita bruta de vendas de bens e serviços (Nota 22)	184.349	167.168
Deduções de tributos sobre receita operacional	(26.480)	(22.685)
Receitas operacional líquida	157.869	144.483
Custos operacionais:		
Custos com pessoal (Nota 23)	(95.367)	(95.395)
Custos com serviços contratados (Nota 24)	(32.193)	(25.301)
Custos com materiais (Nota 25)	(10.716)	(6.516)
	(138.276)	(127.212)
Lucro bruto	19.593	17.271
Despesas administrativas:		
Despesas com pessoal (Nota 26)	(14.894)	(14.028)
Despesas com serviços contratados (Nota 27)	(3.955)	(3.324)
Despesas com materiais (Nota 28)	(377)	(415)
Despesas com depreciações e amortizações	(6.255)	(4.874)
	(25.481)	(22.641)
Participação a empregados -PLR	-	(119)
Outras Receitas e Despesas	(544)	2.548
Lucro operacional antes do resultado financeiro	(6.432)	(2.941)
Receitas financeiras (Nota 29)	9.081	6.629
Despesas financeiras (Nota 29)	(1.867)	(1.964)
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda	782	1.724
Imposto de renda e contribuição social (Nota 30)	(20)	(675)
Lucro líquido do exercício	762	1.049

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Lucro do exercício	762	1.049
Outros resultados abrangentes	-	-
Lucro do exercício	762	1.049

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Valores expressos em Reais)

1 - Contexto Operacional

A Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON foi constituída em 11 de junho de 1982, conforme a Lei nº 7.000 de 9 de junho de 1982, como empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, tendo por finalidades:

I - Promover a Indústria Militar Naval Brasileira e Atividades correlatas, abrangendo, inclusive, a pesquisa e o desenvolvimento;

II - Gerenciar projetos integrantes de programas aprovados pelo Comando da Marinha; e

III - Promover ou executar atividades vinculadas à obtenção e manutenção de material Militar Naval.

2 - Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As informações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras também foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB").

Não há mudanças nas operações da Empresa, itens não usuais, alteração de estimativas, mudança na composição da Empresa ou qualquer outro evento que requeira divulgação específica.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, com exceção das aplicações financeiras, apresentadas a valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do ambiente econômico onde a Empresa atua. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas

estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em qualquer período futuro afetado.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos são apresentadas a seguir.

a) Valor justo de instrumentos financeiros;

b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

c. Data de aprovação das demonstrações financeiras
A autorização de emissão dessas demonstrações financeiras ocorreu através de Reunião de Diretoria datada de 24 de janeiro de 2018.

3 - Principais políticas contábeis

As políticas descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Empresa e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

b. Receita e despesa financeira

A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos.

As receitas financeiras abrangem, basicamente, as receitas de descontos e de juros sobre Aplicações financeiras.

A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros, multas e variações monetárias

c. Ativos circulante e não circulante

- Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

	Reservas de Lucro				Lucros Acumulados	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Esp. Div. Obrig. Não Distrib.	Reserva de Retenção de Lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2015	90.017	7.960	986	16.135	25.081	115.098
Reversão da reserva esp. Div. Obrig não Distribuído	-	-	(986)	-	(986)	986
Provisão para pagamento de dividendos a União	-	-	-	-	-	(986) (986)
Incorporação de Reserva de Investimentos ao Capital Social	4.327	-	-	(4.327)	(4.327)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.049 1.049
Proposta da administração para destinação						
das Reservas e do lucro líquido do exercício:						
. Constituição de reserva legal	-	52	-	-	52	(52)
. Distribuição Juros sobre capital próprio à União	-	-	-	-	-	(249) (249)
. Distribuição de dividendos à União	-	-	-	-	-	(748) (748)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	94.344	8.012	-	11.808	19.820	- 114.164
Reversão da reserva esp. Div. Obrig não Distribuído	-	-	-	-	-	-
Incorporação de Reserva de Investimentos ao Capital Social	2.207	-	-	(2.207)	(2.207)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	762 762
Proposta da administração para destinação						
das Reservas e do lucro líquido do exercício:						
. Constituição de reserva legal	-	38	-	-	38	(38) -
. Constituição de reserva de investimentos	-	-	-	543	543	(543)
. Distribuição de dividendos à União	-	-	-	-	-	(181) (181)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	96.551	8.050	-	10.144	18.194	- 114.745

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Fluxo de Caixa - Método Direto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Recebimentos de clientes	180.616	209.350
Rendimentos financeiros	8.660	5.265
Gastos com pessoal	(94.610)	(99.297)
Pagamentos de fornecedores	(37.192)	(30.466)
Pagamentos de tributos	(37.762)	(37.552)
Gastos com o plano de assistência médica	(7.268)	(5.488)
Garantias concedidas	(1.658)	1.118
Garantias recebidas	(2.104)	14.457
Participação a empregados - PLR	(351)	(325)
Outros valores recebidos (pagos)	(4.113)	498
Caixa líquido obtido das atividades operações	4.218	57.560
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Investimentos		
Investimentos	(783)	-
Imobilizados	(1.814)	(613)
Caixa líquido provenientes das atividades de investimentos	(2.597)	(613)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Dividendos	(997)	(1.483)
Caixa líquido obtido das atividades de financiamentos	(997)	(1.483)
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa no período	624	55.464
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	88.120	32.656
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	88.744	88.120

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Valores Adicionados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

	2017	2016
1) Receitas		
Vendas de produtos e serviços e Não operacional	184.349	167.168
Outras receitas operacionais	423	4.075
2) Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais consumidos	(2.304)	(1.691)
Custo das mercadorias para revenda	(8.789)	(5.240)
Energia, serviços de terceiros e Outros operacionais	(36.108)	(28.596)
3) Valor adicionado bruto (1-2)	137.571	135.716
4) Retenções		
Depreciação, amortização e exaustão	(6.267)	(4.877)
5) Valor adicionado líquido produzido pela entidade	131.304	130.839
6) Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	8.980	6.629
7) Valor adicionado total a distribuir (5+6)	140.284	137.468
Pessoal e administradores	110.262	79%
Salários, vantagens e encargos	97.130	69%
Participação do empregado nos lucros	-	0%
Benefícios a empregados	13.132	9%
Tributos	27.319	19%
Impostos, taxas e contribuições	27.319	19%
Instituições financeiras e fornecedores	1.941	1%
Juros, variações cambiais e monetárias	1.941	1%
Acionistas	762	1%
Dividendos	181	0%
Lucros retidos	581	0%

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear o resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2017 a Empresa não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável, e consequentemente nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados é necessária.

- Demais ativos circulante e não circulante

São apresentados ao valor líquido de realização.

d. Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço.

- Fornecedores
São inicialmente reconhecidas pelo valor nominal e, subsequentemente, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações incorridas até a data de encerramento das demonstrações financeiras.

- Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.

CONTINUAÇÃO

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

- Incentivos Fiscais

A empresa não possui incentivos fiscais.

- Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro (CSLL) são calculados com base no lucro tributável, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% para o IRPJ e 9% para a CSLL e considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

e. Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº. 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

f. Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas

São constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda (CPC 25) inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

g. Gerenciamento de risco financeiro

A política da Administração é manter uma sólida base de recursos para manter o desenvolvimento futuro da Empresa. A Administração monitora o retorno sobre os recursos aplicados considerando os resultados das atividades econômicas. As políticas adotadas pela Administração para gerenciamento do risco estão apresentadas na Nota Explicativa nº 33.

h. Capital social

O capital social da Empresa é 100% da União, como toda empresa pública, e a mesma não possui ações no mercado de capitais.

4 - Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
	RS/1.000	RS/1.000
Fundo rotativo de caixa	9	9
Bancos Conta Movimento	4.400	26.715
Títulos Vinculados ao Mercado Aberto	84.335	61.396
Total	88.744	88.120

Os "Títulos Vinculados ao Mercado Aberto" são representados por Fundo de Investimentos Extramercado Exclusivo (aplicado no Banco do Brasil DTVM S/A conforme Resolução nº 4.034/2011 do BACEN), registrado pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

5 - Contas a receber

	2017	2016
	RS/1.000	RS/1.000
Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro	2.307	11.310
Centro de Manutenção de Sistema da Marinha	147	768
Diretoria de Comunicações e Tecnologia da Informação da Marinha	643	-
Diretoria de Portos e Costas	7.759	3.636
Diretoria de Sistemas de Armas da Marinha	56	4.938
Hospital Naval Marcílio Dias	421	252
Laboratório Farmacêutico da Marinha	2.539	-
Outros MB	183	100
Soma - MB	14.055	21.004
Amazônia Azul Tecnologia de Defesa	210	25
Departamento de Logística D - QG-EX	1.331	-
Itaguaí Construções Navais	698	698
Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras	10	410
Secretaria de Transportes do Rio de Janeiro	336	336
Superintendência de Obras do Plano de Desenv. do Estado (SUPLAN)	2.724	-
Outros Extra MB	324	470
Soma - Extra MB	5.633	1.939
Provisão para Devedores Duvidosos	(21)	(21)
Total	19.667	22.922

6 - Depósitos em garantia

Depósitos efetuados com o objetivo de fornecimento de garantias para fiel execução e contratos por serviços a serem prestados e por conta de adiantamentos recebidos de clientes, conforme demonstrado abaixo:

CLIENTE	DATA	VENCT*	TÍTULO	2017	2016
				RS/1.000	RS/1.000
DEN	08/10/14	03/01/18	CDB(BB)	8.039	6.621
Chile	04/12/14	08/11/19	CDB(BB)	177	177
Chile	06/05/15	09/04/20	CDB(BB)	105	105
IMBEL	11/05/15	18/10/18	CDB(BB)	133	-
COLOG/BAST	21/12/17	24/07/20	CDB(BB)	912	-
Garantia Exterior	23/01/17	-	CAUÇÃO	62	-
Aluguel AMAZUL	22/01/17	31/03/19	CAUÇÃO	256	-
Rendimentos Auferidos				416	902
Total				10.100	7.805

7 - Tributos a recuperar

	2017	2016
	RS/1.000	RS/1.000
Imposto de renda retido na fonte	7.884	8.809
Contribuição social retida na fonte	1.500	1.656
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	0	1.565
Programa de Integração Social e Form Patrim Serv Públ	0	339
Outros	618	1.731
Total	10.002	14.100

Correspondem, basicamente, às retenções de impostos e contribuições por órgãos públicos, efetuados sobre o faturamento da EMGEPRON, por força da legislação, cujos valores serão compensados oportunamente.

8 - Adiantamentos

	2017	2016
	RS/1.000	RS/1.000
1) Adiantamentos a fornecedores	7.535	8.825
2) Adiantamentos a empregados	2.083	2.257
Total	9.618	11.082

1) Os Adiantamentos a fornecedores referem-se, basicamente, a:

- Adiantamentos Laboratório Farmacêutico da Marinha (LFM), no valor de R\$ 3.348 mil, para Apoio Técnico Operacional de Laboratório;
- Adiantamento Island, no valor de R\$ 1.336 para fornecimento de insumos para fabricação de munição; e
- Outros fornecedores no valor total de R\$ 2.851 mil.

2) Os Adiantamentos a empregados referem-se, basicamente, a:

- Adiantamentos de férias a empregados, no valor de R\$ 2.061 mil; e
- Outros adiantamentos de salário a empregados, no valor de R\$ 22 mil.

9 - Estoques

	2017	2016
	RS/1.000	RS/1.000
1) Estoques - MPI - FAJ	8.102	7.197
2) Estoques - BNVC - LSO	-	481
3) Estoques - Publicações - Filial Niterói	5	1
Total	8.107	7.679

1) Os valores Estoques - MPI - FAJ referem-se, basicamente, aos insumos em poder de terceiros para serem utilizados na produção de munição na Fábrica Almirante Jurandir da Costa Müller de Campos (FAJCMC), para atender a encomendas da EMGEPRON de clientes extra MB, cujos valores estão registrados ao custo de aquisição e não excedem a seus custos de reposição ou valores de realização.

11 - Imobilizado

	Taxas Anuais de Depreciação	Valor Depreciável 31/12/2017	Aquisições	Baixas	Depreciação No período	Valor Depreciável 31/12/2016
		RS/1.000	RS/1.000	RS/1.000	RS/1.000	RS/1.000
Obras Civis	4%	11.575	523	-	(627)	11.679
Móveis e Utensílios	10%	601	28	(11)	(137)	721
Equip. Processamentos Dados	20%	285	112	(1)	(155)	329
Veículos	20%	240	226	-	(56)	70
Máquinas e Equipamentos	10%	209	63	-	(53)	199
Equipamentos de Comunicação	10%	38	32	-	(3)	9
Direito de Uso Software	20%	117	63	-	(33)	87
Benf. Propriedade de Terceiros	10%	11.934	2.150	-	(5.191)	14.975
Benf Propriedade de Terceiros - em andamento	-	933	-	(1.232)	-	2.165
Total		25.932	3.197	(1.244)	(6.255)	30.234

	Taxas Anuais de Depreciação	Valor Depreciável 31/12/2016	Aquisições	Baixas	Depreciação No período	Valor Depreciável 31/12/2015
		RS/1.000	RS/1.000	RS/1.000	RS/1.000	RS/1.000
Obras Civis	4%	11.679	21	-	(627)	12.285
Móveis e Utensílios	10%	721	18	(3)	(137)	843
Equip. Processamentos Dados	20%	329	22	(1)	(192)	500
Veículos	20%	70	-	-	(56)	126
Máquinas e Equipamentos	10%	199	5	-	(49)	243
Equipamentos de Comunicação	10%	9	7	-	(1)	3
Direito de Uso Software	20%	87	6	-	(30)	111
Benf. Propriedade de Terceiros	10%	14.975	3.381	-	(3.782)	16.235
Benf Propriedade de Terceiros - em andamento	-	2.165	411	(3.381)	-	4.275
Total		30.234	3.871	(3.385)	(4.874)	34.621

O custo de aquisição do imobilizado ou custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, ou seja, a soma do preço de compra com os gastos necessários para colocá-lo em condições de uso. Não há indícios de valorização dos saldos acima de seus respectivos valores de venda líquido ou de uso (valores dos fluxos de caixa futuros produzidos para cada ativo trazidos a valor presente), conforme atestado em laudo de avaliação do Imobilizado em 17 de janeiro de 2018.

14 - Obrigações trabalhistas

	2017	2016
	RS/1.000	RS/1.000
Provisão para férias	9.676	8.801
INSS a recolher	1.875	920
FGTS a recolher	431	406
Total	11.982	10.127

15 - Antecipações de clientes

	2017	2016
	RS/1.000	RS/1.000
Fraternidade São Francisco de Assis	4.720	-
Grupamento de Navios	1.668	-
Hydroceanográficos - GNHo	-	-
Standard Marconi	906	-
Comando de Operações Navais - ComOpNav	481	709
DSAM/FAJ	463	-
Diretoria de Engenharia Naval - DEN (Constr. BN)	-	4.147
Outros	283	425
Total	8.521	5.281

16 - Obrigações tributárias

	2017	2016
	RS/1.000	RS/1.000
COFINS a recolher	3.177	4.241
PASEP a recolher	657	903
IRRF a recolher	694	362
ISS a recolher	692	390
ICMS a recolher	96	4
Outros	439	469
Diferimento da COFINS	1.172	1.688
Diferimento do PASEP	254	367
Diferimento do IRPJ	194	294
Diferimento do CSLL	70	106
Total	7.445	8.824

17 - Fundo de assistência médica

Representa os recursos reservados para atender ao Plano de Assistência Médica e Social dos Empregados da EMGEPRON (PAMSE), administrado pela própria Empresa. Os recursos encontram-se devidamente protegidos mediante aplicações financeiras no Banco do Brasil.

18 - Garantias recebidas

A Empresa, buscando garantir-se contratualmente em determinados serviços, solicita ao contratado garantias financeiras em carta de fiança ou depósitos bancários, com validade de 30 dias após o efetivo encerramento do serviço, a fim de garantir a liquidação de eventual pendência financeira, bem como pagamento por serviços adicionais fornecidos e quitação de multa e juros de mora, caso venham a ocorrer.

19 - Dividendos

A empresa tem adotado como política de distribuição de dividendos remunerar a União com pagamento de juros sobre o capital próprio limitando a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). No exercício de 2017, a EMGEPRON propõe distribuir 25% do lucro líquido ajustado aos cofres da União, a título de Dividendo, o que corresponde ao valor de R\$ 181 mil.

20 - Provisão para contingências

	2017	2016
	RS/1.000	RS/1.000
a) Provisão para Contingências Fiscais	3.228	3.228
b) Provisão para Passivos Trabalhistas	601	1.383
c) Provisão para Riscos Administrativos	808	808
Total	4.637	5.419

A Administração da empresa, suportada pela opinião de sua assessoria jurídica, avaliou a possibilidade de ocorrência de contingências passivas da seguinte forma:

a) refere-se à intimação para a Empresa recolher o valor de R\$ 2.946 milhões pela Comunicação nº 705/2011 da Secretaria da Receita Federal (SRF). O valor apurado teve por origem o pedido de compensação de débitos no exercício de 2004, com saldos credores existentes de pedidos de restituições efetuados nos exercícios de 1998 e 1999. Créditos estes que já haviam sido constatados pela SRF, por meio de diligência realizada em 20 de setembro de 2002. Em 2009, após nove anos do fato gerador, a SRF pôs em dúvida a existência de tais créditos. A Empresa, não conformada, recorreu ao Judiciário para anular a decisão;
b) são provisões de ações trabalhistas que se caracterizam como prováveis êxitos pelos empregados; e
c) são provisões de ações administrativas que se caracterizam como prováveis êxito por terceiros.

De acordo com o CPC 25 que trata das Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes a contabilização das contingências segue as seguintes premissas:

- Provável: a assessoria jurídica julga com grau relevante de certeza que a empresa irá perder, tendo prejuízo financeiro e contabilização a ser realizada;
- Possível: a assessoria jurídica julga com mesmo grau de possibilidade a perda ou ganho por parte da empresa, ou seja, há grande incerteza não havendo contabilização a ser realizada;
- Remota: a assessoria jurídica julga com grau relevante de certeza o ganho por parte da empresa, não havendo

10 - Depósitos para recursos

	2017	2016
	RS/1.000	RS/1.000
1) Depósitos para recursos trabalhistas	5.756	3.562
2) Depósitos para recursos tributários	6.454	3.229
3) Depósitos para recursos administrativos	351	406
Total	12.561	7.197

12 - Intangível

	2017	2016
	RS/1.000	RS/1.000
1) Projeto NETUNO	773	380
2) Projeto NaPa 500	2.179	1.500
3) Projeto NaPaFlu Amazônico	-	160
4) Projeto Feira RIDEX	313	-
Total	3.265	2.040

1) O Projeto NETUNO é um investimento da EMGEPRON em conjunto com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no Laboratório de Sistemas Integrados Tecnológico - LSI Tec (USP), para o Desenvolvimento de Sistema de Automação de Armas empregando microeletrônica. O projeto inclui a construção de um canhão de 40mmL/70 completo para os testes de validação, e terá prazo de execução em 24 meses;

2) O Projeto NaPa 500 é um investimento da EMGEPRON para o desenvolvimento da construção do Navio Patrulha de 500 toneladas;

3) O Projeto NaPaFlu Amazônico é um investimento da EMGEPRON em parceria com as empresas COTECMAR (Colômbia) e SIMA (Peru), para a elaboração do Projeto Básico de Engenharia do Navio Patrulha Fluvial; e

4) O Projeto Feira RIDEX - Rio International Defense Exhibition tem o objetivo de reunir profissionais nas áreas de Defesa, Segurança e Offshore. A intenção é mostrar como as Forças Armadas, as forças de segurança e o setor Offshore evoluíram, por meio da integração da indústria, com a atividade acadêmica e dos centros de pesquisa e desenvolvimento de tecnologia.

13 - Gerenciamento de Recursos da MB

	2017	2016
	RS/1.000	RS/1.000
Base Naval de Aratu - BNA	9.136	6.157
Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro - AMRJ	8.623	12.142
Centro de Hidrografia da Marinha - CHM	3.270	2.771
Base Naval de Val-de-Cães - BNVC	889	1.610
Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo - CTMSP	791	947
Diretoria de Abastecimento da Marinha - DAbM	755	1.616
Base Almirante Castro e Silva - BACS	669	711
Diretoria de Sistemas e Armas da Marinha - DSAM	475	661
Outras	9.383	6.762
Total	33.991	33.377

As Antecipações representam valores recebidos de clientes por conta de serviços a serem executados. Parte desses recursos são utilizados em projetos das respectivas Organizações Militares Prestadoras de Serviços (OMPS). Na gestão destes projetos, a EMGEPRON auferir receitas apropriadas durante o período de execução, conforme contratos firmados entre as partes. Os recursos disponíveis encontram-se devidamente protegidos mediante aplicações financeiras no Banco do Brasil.

21 - Capital Social

O capital da EMGEPRON, subscrito e integralizado pela União, representa cerca de R\$ 96.551 mil ao final do exercício de 2017 e, em 31 de dezembro de 2016, era de R\$ 94.344 mil. O aumento em cerca de R\$ 2.207 mil, foi motivado pela incorporação ao Capital Social de parte da Reserva de Investimentos constituída em 2013, em decorrência dos investimentos executados nos exercícios de 2014, 2015 e 2016.

22 - Receita Operacional Líquida

	2017	2016
	RS/1.000	RS/1.000
Receitas com vendas de serviços no país	163.540	155.909
Receitas com venda de mercadorias no país	15.855	4.656
Receitas com venda para exportação	4.954	6.603
Receita Bruta	184.349	167.168
(-) Deduções de tributos	(26.479)	(22.685)
Receita Líquida	157.870	144.483

	2017	2016
	RS/1.000	RS/1.000
Maior remuneração dos empregados	25.472	26.105
Menor remuneração dos empregados	1.029	1.014
Remuneração média dos empregados	4.961	3.582

A empresa não oferece benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo a seus administradores.

37 - Aspectos Ambientais

A Empresa acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

DIRETORIA

FRANCISCO ANTONIO DE MAGALHÃES LARANJEIRA
Diretor-Presidente

RODRIGO OTAVIO FERNANDES DE HÔNKIS
Diretor Técnico-Comercial

MARCUS VINICIUS LIMA DE SOUZA
Diretor Administrativo-Financeiro

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LUIZ HENRIQUE CAROLI
Presidente

JAYME TEIXEIRA PINTO FILHO

FRANCISCO ANTONIO DE MAGALHÃES LARANJEIRA

RODRIGO OTAVIO FERNANDES DE HÔNKIS

WAGNER CORRÊA DOS SANTOS

ALEXANDRE RODRIGUES VIVEIROS

RENATO ROSENBERG

CONSELHO FISCAL

MARCELO BARRETO RODRIGUES

HUGO CAVALCANTE NOGUEIRA

EDSON ANTÔNIO DA COSTA NERES

CONTADOR

EXPEDITO REZENDE LEMOS

CRC-RJ 46.158-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS

À

Diretoria da

Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON

CNPJ 27.816.487/0001-31

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixas, para os exercícios findos naquelas datas, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON em 31 de dezembro de 2017, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e seus fluxos de caixas referentes ao exercício findo naquelas datas, de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é

suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Sociedade, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria correspondente ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício anterior, utilizadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem ressalvas, sendo que não nos responsabilizamos sobre as mesmas.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e o relatório do auditor

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se

causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da empresa para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declarações de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais do exercício corrente e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria.

Maringá - PR., 19 de fevereiro de 2018.

AGNALDO APARECIDO DE SOUZA

Contador Responsável - CRC-PR 038047/O-0

SÊNIOR AUDITORES INDEPENDENTES S.S.

CRC-PR 004940/O-6

Risco de liquidez é o risco da empresa encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros.

Um fator potencial para este risco está relacionado à liberação de recursos orçamentários do Governo para a Marinha do Brasil, nosso maior cliente, o que pode acarretar atrasos nos recebimentos de recursos.

Como alternativas de mitigação deste risco, a Empresa adota uma gestão ativa do seu fluxo de caixa e mantém uma reserva financeira confortável, disponível para suportar eventuais atrasos de recebimentos das vendas.

c. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações das taxas juros, câmbio, inflação etc, influenciadas pelo mercado, afetarem os ganhos e custos da Empresa.

Visando à mitigação desse tipo de risco, a Empresa centraliza seus investimentos financeiros em operações com Títulos Vinculados ao Mercado Aberto, representados por um Fundo de Investimentos Extramercado Exclusivo, cuja carteira é composta por títulos do Governo de curto e longo prazo, considerados aplicações conservadoras.

Em relação aos custos dos insumos adquiridos, a exposição ao risco de mercado é baixa, uma vez que o principal componente dos mesmos refere-se a custo de pessoal, fixado em moeda nacional e reajustados de acordo com o dissídio das categorias.

34 - Demonstração de Fluxo de Caixa

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar o fluxo de caixa da empresa nos exercícios e foi elaborada pelo método direto, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações individuais.

Conforme previsão do Pronunciamento CPC 03 (R2), segue abaixo a conciliação do lucro líquido.

Conciliação do lucro líquido com o caixa gerado pelas operações:	2017	2016
	RS/1.000	RS/1.000
Lucro Líquido do Exercício	762	1.049
Ajustes:		
- Depreciação no exercício	6.255	4.874
- Baixa de bens do ativo imobilizado	12	3
- Constituição de provisão para perdas fiscais	0	116
- Reversão de provisão no exercício	475	(3.676)
- Variação monetária	1.595	1.143
Caixa gerado pelas operações	9.099	3.509
Aumento (Redução) do Contas a receber	3.255	79.753
Aumento (Redução) do Impostos a Recuperar	4.098	(8.827)
Aumento (Redução) de Depósitos em garantia	(2.295)	(223)
Aumento (Redução) de Adiantamentos	1.464	378
Aumento (Redução) de Estoques	(428)	(72)
Aumento (Redução) do Depósitos para recursos	(5.364)	(1.490)
Aumento (Redução) do Ativo Investimentos	(1.224)	(360)
Aumento (Redução) do Ativo Imobilizados	4.301	4.388
Aumento (Redução) de Gerenciamento de Recursos MB	614	2.366
Aumento (Redução) de Antecipações de Clientes	3.240	(10.968)
Variação de Outros Circulantes no exercício	(16.136)	(12.990)
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa no período	624	55.464

35 - Demonstração do Valor Adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela empresa e sua distribuição durante o exercício, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações individuais.

36 - Remuneração de dirigentes e empregados

Os valores das maiores e das menores remunerações brutas da Empresa, incluídas as vantagens e benefícios, excluídas as parcelas variáveis e eventuais, foram os seguintes: